

QUAIS CORPOS MERECEM PROTEÇÃO? REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DAS “VIOLÊNCIAS” CONTRA AS MULHERES QUE SE PROSTITUEM

WHICH BODIES DESERVE PROTECTION? BIBLIOGRAPHIC REVIEW ABOUT “VIOLENCE” AGAINST WOMEN WHO PROSTITUTE THEMSELVES

¿QUÉ CUERPOS MERECE PROTECCIÓN? REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA SOBRE “VIOLENCIA” CONTRA LAS MUJERES QUE SE PROSTITUYEN

Roberta de Fátima Rocha Sousa ¹

Juliana Vieira Sampaio ²

Como Citar:

Sousa RFR, Sampaio JV. Quais corpos merecem proteção? Revisão bibliográfica acerca das “violências” contra as mulheres que se prostituem. *Sanare* 2025;24(1).

Descritores:

Trabalho sexual; Violência contra a mulher; Revisão.

Descriptors:

Sex Work; Violence Against Women; Review.

Descriptores:

Trabajo Sexual; Violencia contra la Mujer; Revisión.

Submetido:

28/06/2023

Aprovado:

24/01/2025

Autor(a) para Correspondência:

Roberta de Fátima Rocha Sousa;
Rua Dr João do Monte, 768, Centro
Sobral/CE. CEP: 62.010-220
E-mail: robertafrsousa@gmail.com

RESUMO

A violência contra a mulher de uma forma ampla tem sido debatida na atualidade, assim como a criação de leis e dispositivos de enfrentamento a esse tipo de violência; porém quando se fala da violência contra a mulher que se prostitui, é necessário fazer uma busca a parte para compreender que ela é vista de forma diferente não apenas pela sociedade, mas, também pelo Estado. Nesse sentido a pesquisa busca responder o seguinte questionamento: O que os artigos acadêmicos têm produzido sobre a violência contra a mulher que se prostitui? Assim objetiva-se analisar as violências contra mulheres cis, trans e travestis que se prostituem a partir de uma revisão bibliográfica. Sendo evidenciado que ainda existe um caminho muito longo a percorrer sobre a desconstrução da normalização da violência cometida contra as profissionais do sexo sejam cis, trans ou travestis. Demonstrando a urgência na mudança social que coloca essas mulheres em condição de carência de direitos, inclusive no que diz respeito aos lugares que deveriam ofertar acolhimento e segurança.

1. Mestra em Psicologia e Políticas Públicas – UFC. E-mail: robertafrsousa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1182-6916>

2. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE E-mail: julianavsampaio@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5770-244X>

ABSTRACT

Violence against women in a broad way has been debated nowadays, as well as the creation of laws and devices to face this type of violence; however, when talking about violence against women who engage in prostitution, it is necessary to do a separate search to understand that it is seen differently not only by society, but also by the State. In this sense, the research seeks to answer the following question: What have academic articles produced about violence against women who engage in prostitution? Thus, the objective is to analyze the violence against cis, trans and transvestite women who prostitute themselves from a bibliographical review. Being evidenced that there is still a very long way to go on the deconstruction of the normalization of violence committed against sex workers, whether cis, trans or transvestites. Demonstrating the urgency of social change that places these women in a condition of lack of rights, including with regard to places that should offer shelter and security.

RESUMEN

La violencia contra la mujer de manera amplia se ha debatido en la actualidad, así como la creación de leyes y dispositivos para enfrentar este tipo de violencia; sin embargo, cuando se habla de violencia contra las mujeres que ejercen la prostitución, es necesario hacer una búsqueda aparte para entender que es vista de manera diferente no solo por la sociedad, sino también por el Estado. En este sentido, la investigación busca responder a la siguiente pregunta: ¿Qué han producido los artículos académicos sobre la violencia contra las mujeres que ejercen la prostitución? Así, el objetivo es analizar la violencia contra las mujeres cis, trans y travestis que se prostituyen a partir de una revisión bibliográfica. Evidenciando que aún queda un largo camino por recorrer en la deconstrucción de la normalización de la violencia cometida contra las trabajadoras sexuales, sean cis, trans o travestis. Demostrando la urgencia de un cambio social que coloque a estas mujeres en una condición de falta de derechos, incluso en lo que respecta a los lugares que deben brindarles cobijo y seguridad.

.....

INTRODUÇÃO

A temática prostituição, em diversos artigos, livros, teses, dissertações, é comum de vir precedida da afirmação a profissão/ofício mais antiga do mundo. Uma prática sentenciada pela sociedade, tanto por aspectos relacionados a moral e a ética, quanto o imaginário da propagação de doenças, e estímulo a infidelidade¹. A prostituição se articula com a necessidade de que é preciso compreender e ao mesmo tempo desconstruir o que é considerado profissão, uma vez que, além de não ser considerada como trabalho pela sociedade, ainda há uma luta pela sua regulamentação no sentido de garantia de direitos trabalhistas. Sendo assim, a prostituição carrega vários estigmas que comprometem a cidadania das profissionais do sexo, usufruto dos seus direitos e sobretudo o direito as políticas públicas.

De forma, o objetivo deste artigo é analisar as violências contra mulheres cis, trans e travestis que se prostituem a partir de uma revisão bibliográfica. A violência experienciada pela profissional do sexo encontra-se invisibilizada no que tange o universo da violência de gênero, não existindo dados representativos no Brasil sobre esse fenômeno.

Mesmo ocorrendo muitas vezes nos espaços públicos, essa violência está atravessada pela lógica do silenciamento e a ausência de estatísticas podem se desdobrar na normalização/invisibilização da violência contra essas mulheres². Sem estatística o Estado não é cobrado pela formulação de estratégias e políticas que atendam esse público em específico.

As leis e políticas de enfrentamento a violência contra a mulher não foram pensadas para atender as profissionais do sexo, além disso, quando estas procuram as políticas públicas, muitas vezes sofrem com o estigma produzido pela sociedade, bem como dos profissionais que atuam nos serviços que deveriam ser suporte para essas mulheres. Temos alguns dispositivos que atuam diretamente frente a violência contra a mulher, de forma que pretendemos a partir dessa revisão discutir a importância da regulamentação da prostituição enquanto profissão e a criação de políticas públicas voltadas para esse público em específico.

É sabido do grande ganho da causa feminista com a regulamentação da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, porém apesar da necessidade e urgência da sua promulgação é preciso refletir sobre quais situações de violência estão

amparadas por esta lei e se as profissionais do sexo são assistidas por esta:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006)³

Assim como exposto, a referida lei deixa elucidado que pretende coibir as violências nas searas doméstica e familiar, uma vez que a violência experienciada pela profissional do sexo ocorre em seu ambiente de trabalho, foge ao que a lei Maria da Penha se propõe. Pensar nos aspectos que dizem respeito a violência, e olhar para o que temos de políticas públicas para a mulher que se prostitui é saber que ela também sofre violência do Estado, uma vez que o mesmo não reconhece a importância da criação de políticas públicas de proteção para essa mulher.

Compreendemos que parte das violências sofridas não são frutos somente da ocupação dos lugares/zona em si, mas também da exclusão dessa categoria das legislações laborais, sendo importante mencionar que a prostituição é reconhecida como ocupação profissional e incluída no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) Nº 5198-05 e no Ministério do Trabalho e do Emprego, o que se entende um grande avanço em relação ao Estado, o Direito e o movimento das profissionais do sexo⁴. Porém mesmo diante do exposto ainda não é considerada profissão para a sociedade, assim como ainda há uma luta pela sua regulamentação no sentido de garantia de direitos trabalhistas, sendo assim, um fazer que carrega vários estigmas que comprometem o exercício das profissionais do sexo a cidadania, usufruto dos direitos, sobretudo o direito a saúde.

Sendo assim, compreende-se o envolvimento tanto das dimensões culturais e simbólicas da violência contra a mulher, assim como dimensões territoriais/urbanas e institucionais diante dessa invisibilidade por parte do Estado e da Sociedade Civil.

Esse cenário de ausência de políticas é uma consequência do limbo jurídico em que se encontram as profissionais do sexo no Brasil, o que produz cada vez mais o fortalecimento das situações de vulnerabilidade, violando direitos fundamentais e impulsionando violências⁵. Falar do fenômeno da violência contra a mulher é saber que ela se constitui de acordo com os contextos vivenciados pelas mesmas, no caso das mulheres que se prostituem, estas estão expostas as mais diversas vulnerabilidades produzidas a partir da sua atividade laboral.

A forma como a prostituição é percebida por parte da sociedade e inclusive por alguns campos do movimento feminista é que esta seria mais uma forma de violência contra as mulheres, não sendo compreendida como um trabalho e consequentemente como profissão; devendo ser abolida. Essa vertente do feminismo percebe as profissionais do sexo como vítimas da opressão masculina.

Assim como parte da própria luta do feminismo não engloba as demandas dessas mulheres, tendo em vista que as feministas abolicionistas enxergam a prostituição, não como um modo de vida, mas a partir do viés da escravidão. A prostituição seria incompatível com a dignidade humana, e, portanto, a proposta desse movimento é incentivar as profissionais do sexo a deixar essa forma de existir⁵.

Sabe-se que o feminismo luta contra as mais diversas formas de violências e violações de direitos, sendo assim, o feminismo é o desejo por uma democracia radical ampliando um olhar a luz dos direitos daquelas que vivem em um cenário de injustiças, onde incluem-se todas as mulheres cujos corpos são medidos para o valor de uso: corpos para o trabalho, procriação, cuidado e a manutenção da vida, para a produção do prazer alheio, que também compõe a ampla esfera do trabalho⁶.

Salientando a importância das lutas feministas, porém compreendendo que cada luta ergue sua bandeira, e que mesmo que parte do movimento não apoie essa causa, também existe parceria com parte do movimento que apoia a luta do reconhecimento da prostituição enquanto profissão, porém, a maior representatividade é da própria classe.

Como problema de pesquisa, foi formulado a seguinte questão: o que os artigos acadêmicos têm produzido sobre a violência contra a mulher que se prostitui? Sendo assim, o presente estudo pretende analisar a violência contra a mulher que se prostitui.

PERCURSO METODOLÓGICO

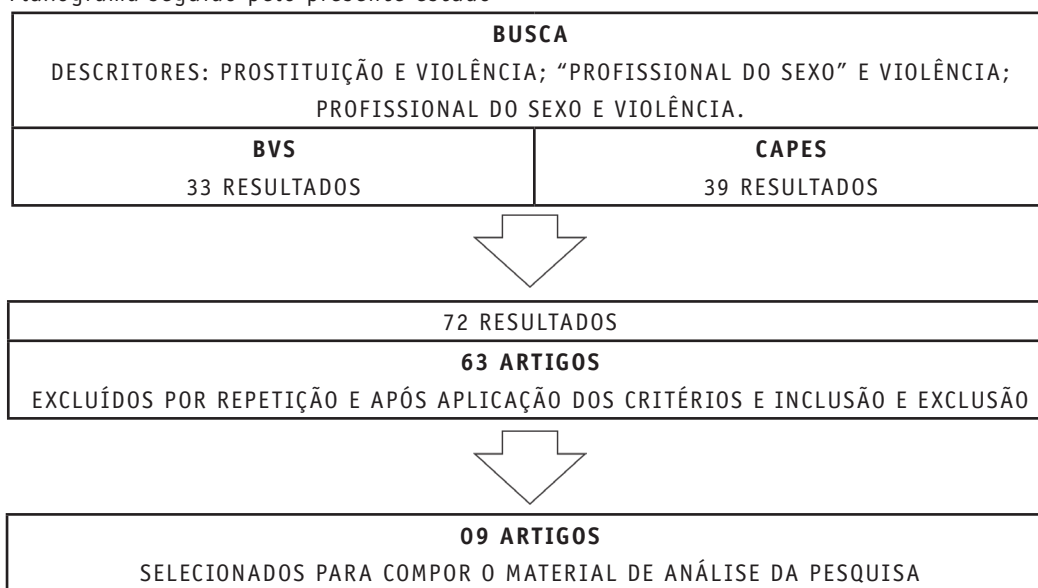
Este é um estudo de revisão bibliográfica, que tem o intuito de buscar produções acadêmicas brasileiras sobre a violência contra a mulher que se prostitui. De forma que o levantamento bibliográfico nos permite ter acesso às produções científicas já cristalizada, que podemos encontrar na forma de livros, teses, capítulos de livros, periódicos, artigos, cartas, editoriais, comentários, notícias e etc. Possibilitando e privilegiando investigações nos vários domínios do saber; assim como as produções discursivas que reconstroem e contribuem para a geração de novos sentidos e práticas⁷. Nesta revisão tivemos como foco o artigo científico, que é um ato de fala impresso, sendo produzido para ser apreendido de maneira ativa, assim como fomentar críticas e discussões⁷.

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Plataforma CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), essas bases de dados foram escolhidas por sua abrangência bem como uma variedade de publicações de estudos multidisciplinares e interdisciplinares. Foram utilizados os seguintes descritores de forma combinada: prostituição e violência; “profissional do sexo” e violência; profissional do sexo e violência.

Foram utilizados como critérios de inclusão: a) artigos em português; b) artigos publicados no período de 2017 a 2022. Como critérios de exclusão: a) artigos que não abordassem o tema da violência contra a mulher que se prostitui; b) artigos repetidos ou incompletos; c) artigos de revisão bibliográfica. A partir dessa busca encontramos 72 (sessenta e duas) publicações. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão nas leituras das publicações, identificamos que apenas 09 (nove) publicações atendiam ao objetivo desta pesquisa. Sendo assim os 09 (nove) artigos compõem o material analisado para esta pesquisa.

A Figura 1, ilustra o fluxograma seguido pelo presente estudo, sintetizando as etapas seguidas e dos procedimentos metodológicos adotados para a obtenção da amostra final.

Figura 1 - Fluxograma seguido pelo presente estudo



Fonte: Elaboração própria

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quadro 1 apresenta as informações relativas aos 09 (nove) artigos que compõe a amostra final selecionada para o presente estudo descrevendo: ano, título, objetivos, métodos e resultados.

Quadro 1- Publicações selecionadas para análise.

PUBLICAÇÕES SELECIONADAS				
ANO	TÍTULO	OBJETIVOS	MÉTODO	RESULTADOS
2017	Fatores associados à violência contra as mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras	Estimar a prevalência de violência contra a mulher em dez cidades brasileiras, segundo a natureza e os perpetradores, além de identificar os fatores associados a essa violência.	Estudo transversal	Conclui-se que as mulheres profissionais do sexo brasileiras vivenciam uma carga desproporcional de violência.
2017	O corpo fala: Universo das travestis	Caracterizar o ser travesti na população de profissionais do sexo em atividade em Uberlândia – MG, segundo variáveis demográficas e socioeconômicas, bem como os fatores de risco para as IST's.	Pesquisa prospectiva – exploratória	A pesquisa apresentou uma visão sobre o mundo das travestis que têm como profissão a prostituição, colaborando para um olhar mais respeitoso sobre a opção e sobre as transformações realizadas em seu corpo enquanto travesti.
2017	O benevolente e a “vítima” na prostituição: Poder e violência simbólica nas interações entre profissionais do sexo e a Pastoral da Mulher Marginalizada	Apresentar os desafios e os riscos que a pastoral enfrenta em suas relações com as profissionais do sexo, para as quais oferecem ajuda e com as quais mantêm um contato e um atendimento duradouro.	Pesquisa etnográfica	O processo de subalternização de profissionais do sexo, mostra desacordo entre o discurso e as práticas mediante os quais essa organização pretende mudar a vida das mulheres sujeitas às suas intervenções, particularmente através do procedimento de deixa-las falar, mas sem ouvi-las, ou de silenciá-las.
2017	Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE	Problematizar as implicações psicossociais da violência no contexto da baixa prostituição feminina.	Etnográfica	Identificou-se que as mulheres que vivem no contexto da baixa prostituição seguem invisíveis no que diz respeito aos direitos sociais e humanos.
2018	Donas de casa, de prostituição: sobre as violências decorrentes da criminalização dos contextos dessas práticas	Tensionar a ideia de ficção e realidade, bem como de borrar a fronteira entre a cafetina má e a dona de casa de prostituição que cuida.	Etnográfica	Autora diz preferir abarcar a incongruência, sem uma conclusão de que donas de casas de prostituição são boas ou más. Através da prática e escrita antropológica é possível refletir que são tudo e mais do que isso.

2018	Violência contra mulheres na prostituição	Investigar as violências contra as mulheres no contexto de prostituição no cenário goiano.	Qualitativa	Percebeu-se que as principais violências eram de ordem implícita e constituíam-se em humilhações, opressões e desqualificações pela condição da mulher e pelos estigmas presentes na prostituição.
2019	Profissionais do sexo: a cumplicidade como enfrentamento das vulnerabilidades	Analisar as vulnerabilidades do trabalho de profissionais do sexo atuantes na rua e suas formas de enfrentamento	Qualitativo transversal e reflexivo	Observou-se uma complexidade de variáveis influenciando nas situações de vulnerabilidade, mas também muitas formas de enfrentamento perante as diferentes situações vivenciadas.
2019	Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no estado de São Paulo, Brasil	Estimar fatores associados ao bem-estar psicológico de travestis e mulheres transexuais.	Estudo transversal	Evidenciou que as condições de desigualdade social e violência estão associadas a um pior bem estar psicológico de travestis e mulheres transexuais.
2020	Violência e prostituição: reflexões acerca da omissão estatal no Brasil	Compreender de que forma o Estado brasileiro ratifica e impulsiona uma relação íntima entre violência e prostituição.	Pesquisa documental	A pesquisa constatou que o Estado brasileiro pode ser identificado como diretamente responsável por esse quadro de violências.

Conforme demonstrado no Quadro 1, as publicações selecionadas são referentes aos anos de 2017 a 2021, porém, vale destacar que foi encontrada apenas 01 (uma) publicação do Estado do Ceará sobre as violências sofridas pelas profissionais do sexo dentro desse corte; assim como 01 (uma) publicação no ano de 2022 referente às profissionais do sexo, mas que tinha como foco a atuação das mesmas frente a pandemia do Covid-19 e por isto foi descartado do escopo da análise.

Partindo da questão problema deste artigo que é buscar na literatura o que existe sobre a violência contra a mulher que se prostitui, foi percebido que temos poucos trabalhos publicados sobre essa temática, em específico na Região Nordeste, como citado no anteriormente. Demonstrando a importância de pesquisar a violência em todas suas possíveis manifestações, assim como desenvolver um olhar para essa mulher enquanto sujeito de direitos. Sendo assim partir dos dados levantados nesta revisão, organizamos o material a partir de duas categorias de análise: a) Combate à prostituição e a violência simbólica; b) Preconceito como potencializador da violência e invisibilidade.

Combate à prostituição e violência simbólica

Atualmente no Brasil existem grupos que defendem o sistema abolicionista, no qual a prostituição é compreendida como uma forma de violência contra as mulheres, sendo defendido que a prostituição não é um trabalho, assim como também não é uma profissão e dessa maneira deve ser abolida⁵.

Alguns grupos religiosos partilham da perspectiva abolicionista, e assim, descrevem a atuação da Pastoral, que envolve diversos grupos católicos espalhados pelo país, que trabalham com a reinserção social das profissionais do sexo desde 1974, no Rio de Janeiro⁶.

Criando uma identidade que marcaria a atuação da pastoral enquanto uma organização cristã e abolicionista, baseada na teologia da libertação, eles se fundamentam na lógica do resgate das profissionais do sexo a partir da ideia da vitimização.

Partir dessa ideia de “vítima” é pensar que essas mulheres precisam ser resgatadas, construindo assim uma figura benevolente (pastoral), enquanto para construir-se neste lugar, o outro sujeito precisa ser colocado como vítima e inferiores. Esse tipo

de lógica reforça a ideia de libertação e resgate das profissionais do sexo, justificando assim, a necessidade das práticas da Pastoral enquanto entidade salvadora e superior⁸.

A relação da Pastoral com as profissionais do sexo a partir da sua experiência na mesa de abertura do Encontro da mulher marginalizada, que ocorreu em Salvador e que foi organizado pela Pastoral. Na ocasião, uma das profissionais do sexo que compunha a mesa de abertura se apresenta: dizendo ser uma menina de Uberaba, fato que chama atenção de Gabriela Leite, que questionou Leonardo Boff, que estava presente no evento e ele explica que a Pastoral prefere usar o termo “menina”, por achar muito forte a palavra prostituta; de forma que quando chega a vez de Gabriela Leite se apresentar, ela afirma que ao contrário da colega ela era prostituta⁹.

Importante mencionar que existem alguns termos que fazem referência a essa profissão, os mais comuns são: prostituta, garota de programa, profissional do sexo e puta; porém a partir da ótica higienista carregada de preconceito, percebe-se uma tentativa de invisibilizar essa mulher quando se diz que o termo puta, prostituta e garota de programa são estigmas e impondo que profissional do sexo é o termo correto – politicamente correto, inclusive descartando a possibilidade de escolha dessas mulheres sobre como se nomear. Para o movimento das prostitutas é importante assumir o nome e não fugir dele⁹.

Assim como Gabriela Leite, Amara Moita também a Pastoral da mulher marginalizada como uma forma de controle, além disso, destaca que um feminismo que se denomina como radical e que anda de mãos dadas com a pastoral e a bancada fundamentalista na luta contra o direito das profissionais do sexo é bastante questionável¹⁰.

A pastoral visa controlar e fazer com que as profissionais do sexo assumam o discurso de vítima, cometendo uma violência simbólica contra essas mulheres, sendo a partir dessas ações que as desigualdades, diferenças, preconceitos e discriminações vão ganhando forma e cor; e que na visão da pastoral ganham o nome de “mulheres marginalizadas”⁸.

Preconceito como potencializador da violência e Invisibilidade

É preciso compreender as nuances que a violência pode ter para além do que podemos encontrar no

senso comum, uma vez que se pode perceber uma naturalização deste fenômeno. Ser mulher, na nossa sociedade, já é uma situação de vulnerabilidade, devido as relações de desigualdade em que a mulher é vista como submissa e inferior aos homens. No caso das profissionais do sexo, temos a construção de outra violência, permeada pelo preconceito, estigmas e estereótipo de ser profissional do sexo/garota de programa/prostituta/puta, intensificando e de certa forma, justificando a violência sofrida por estas.

Sendo assim, as violências no cenário da prostituição são múltiplas e constantes, partindo do pressuposto que muitas não escolhem seus clientes, além de serem aliciadas por cafetões e cafetinas. Essas mulheres são vítimas não apenas da violência física, mas também estão expostas a outros tipos de violências como: tráfico, abusos sexuais, roubos e a violência psicológica. A objetificação e a mercantilização dos corpos das mulheres que se prostituem motivam as violências que estas sofrem, uma vez que estamos falando de um corpo que é transformado em objeto, a exploração e abuso parecem naturais¹¹.

Falar sobre gênero é falar de relações de poder e não apenas das diferenças biológicas e naturais, sendo produzido a medida do que é vivido, forjando-se ao corpo, as desigualdades de gênero machistas e patriarcal reproduzem essa lógica da violência, sobretudo no contexto da prostituição devido as relações de poder, de forma que acabam por serem invisibilizadas tanto pelo fato da marginalização quanto dos mais variados preconceitos que circundam a profissão.

Quando falamos de prostituição, falamos de algo que é visto com preconceito diante da sociedade civil, portanto, aquilo que é marginalizado, deixado de lado, ou seja, invisível. Gabriela Leite, em seu livro *Filha, Mãe, Avó e Puta*; demonstra a visão que sociedade tem da puta, demonstrando que ela é, desde todos os tempos, o ralo da sociedade, e não há nada que se possa fazer para mudar isso⁹. A mulher tem o direito de exercer sua sexualidade de forma livre, reiterando ainda o fato de estar ainda na vida pelo fato de gostar de sexo, assim como não conseguiria o que conseguiu tendo outra atividade, porém para a sociedade é apenas uma mulher que não presta⁹.

As mulheres que trabalham com a prostituição carregam o sofrimento produzido não apenas pelo estigma da profissão em si, mas também diante de

um sistema que é criado para torná-las invisível. Os setores judiciais e da saúde além de não terem uma lei que proteja essa categoria em específico, também apresentam uma série de dificuldades para assistir esse público. A profissional do sexo no Brasil é exposta a diversas vulnerabilidades, sendo tratadas pelo Estado como consequência da anormalidade social e não como violações de direito. Um trabalho tido como um risco social⁵.

Trazer à tona esses aspectos são de fundamental importância para compreendermos também o lugar não apenas das mulheres cis, mas também das mulheres transexuais e travestis, onde o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de assassinatos dessas¹². Existe um conjunto de outras violências relegadas a elas, incluindo a falta de respeito ao direito do uso do nome social e identidade de gênero, a falta de uma agenda política direcionada para população de transexuais e travestis¹³.

Ressaltando também a ausência de estatísticas e indicadores oficiais com relação a violência contra as travestis e transexuais. O que temos de estatísticas sobre essa população foram produzidas pela ANTRA – Associação Nacional das Travestis e Transexuais -, o último dossiê lançado em 27 de janeiro de 2023, referente aos anos 2017 a 2022, indica que no ano de 2022 foram 131 assassinatos de pessoas trans, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans. Indicando em primeiro lugar o estado Pernambuco, em segundo lugar São Paulo e em terceiro lugar o Ceará; os estados que mais mataram essa população¹⁴.

É urgente falar da ausência de estatísticas sobre violência contra as mulheres que se prostituem, uma vez que o estigma da invisibilização é reforçado, seja no âmbito da saúde, assistência ou judiciário. A reprodução dos estigmas sociais e julgamentos morais pelos profissionais afastam essas mulheres das políticas públicas. É de extrema importância que os profissionais de saúde estejam capacitados para reconhecer os sinais de violência e assim fazerem o devidos encaminhamentos e orientações de forma humanizada e acolhedora das profissionais do sexo¹⁵. Os serviços públicos precisam compreender o peso do estigma e tempo que essa mulher leva para decidir procurar os equipamentos, uma vez que ela já carrega o peso e o medo de ser julgada por quem deveria acolher e percebê-la como um sujeito de direitos.

Esse cenário de ausência de políticas, é consequência do limbo jurídico que se encontram as profissionais do sexo no Brasil, ao mesmo tempo

fortalecendo as situações de vulnerabilidade, violando direitos fundamentais e impulsionando violências⁵. Algumas vidas são vistas como menos dignas e a elas são distribuídas diferencialmente proteção e violência¹⁶; demarcando assim sobre quais vidas importam e quais não. Quais corpos merecem proteção?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um caminho muito longo a percorrer sobre a desconstrução da normalização da violência cometida contra as profissionais do sexo sejam cis, trans ou travestis. A prostituição ocupa um lugar produtor de vulnerabilidades, porém, quem deve olhar para isso? Sociedade civil? Estado? Ouso dizer que é de todos nós.

Falar sobre algo invisível é trazer à tona a visibilidade, não tendo mais como negar a existência de determinado fenômeno, uma vez que ele se torna visível. É urgente a mudança social que coloca essas mulheres em condição de carência de direitos, inclusive no que diz respeito aos lugares que deveriam ofertar acolhimento e segurança. Observamos o contrário, muitas mulheres mesmo sabendo dos seus direitos, acabam procurando os dispositivos apenas nos casos mais extremos, e recorrendo as estratégias produzidas pelas mesmas para fugir do preconceito e julgamento.

Assim como a literatura evidenciou a criação de rede de afetos e proteção no território, diante da exclusão é percebido a importância dessa rede, inclusive no que diz respeito a proteção, em que a partir dos códigos produzidos territorialmente elas se protegem com ajuda umas das outras, reforçando que existe afeto, existe humanização.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Roberta de Fátima Rocha Sousa contribuiu com o delineamento, realização da pesquisa e a redação do manuscrito. **Juliana Vieira Sampaio** contribuiu com o delineamento da pesquisa e a revisão crítica do manuscrito.

REFERÊNCIAS

- Schmalfuss J, Boff E, Lago A, Gnoatto D, Lutinski J, Ferraz L, et al. Profissionais do sexo: a cumplicidade como enfrentamento das vulnerabilidades [Internet]. 2019 [citado 2023 jun 13]. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4493>

2. Brito L. Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres [Internet]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2014 [citado 2023 jun 27]. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9555>
3. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República; 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
4. Silva L, Ximenes V. Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE. Interthesis [Internet]. 2017 [citado 2023 jun 28];14(1):176. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2017v14n1p176>
5. Tabuchi M, Santos A. Violência e prostituição: reflexões acerca da omissão estatal no Brasil. In: Captura Críptica. 1ª ed. Florianópolis: UFSC; 2020. p. 75-88. v. 9. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/4358/3722>
6. Tiburi M. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; 2019.
7. Mirim L. Garimpando sentidos em bases de dados. In: Spink MJ, organizadora. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações metodológicas. São Paulo: Cortez; 2013. p.127-55.
8. Skackauskas A. O benevolente e a “vítima” na prostituição: poder e violência simbólica em interações entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada. Sex Salud Soc (Rio J) [Internet]. 2017 [citado 2023 jun 20];27:66-96. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.27.05.a>
9. Leite G. Filha, mãe, avó e puta. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009.
10. Moira A. E se eu fosse pura. São Paulo: Hoo Editora; 2018.
11. Souza T, Carvalho N. Violência contra mulheres na prostituição. 2ª ed. Rio Grande: FURG; 2018. ISBN: 978-85-7566-547-3. Disponível em: <http://www.seminariocorpopgenerosexualidade.furg.br/>
12. Zucchi E, Barros C, Redoschi B, Deus L, Veras M. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. Cad Saúde Pública [Internet]. 2019 [citado 2023 jun 28];35:e00068518. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LqvvcFlhQNHQwb3M3zQPFFN/?lang=pt>
13. Nolasco G, Lopes Z, Arruda D. “Ela é boa de cuspir, maldita Geni!”: reflexões sobre violências contra os corpos dissidentes de travestis em Campo Grande/MS. Rev Ártemis [Internet]. 2020 [citado 2023 abr 11];29(1):205-21. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v29n1.47316. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/47316>
14. Benevides B. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: ANTRA; 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>
15. Maciel L, Schneider J, Chambart D, Grassi-Oliveira R. Percepções de profissionais sobre atendimentos em saúde para mulheres usuárias de crack. Psicol Cienc Prof [Internet]. 2020 [citado 2023 abr 10];40:e223750. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/76g33BpJfYv4QTXgFnyk7Cq/?lang=pt>
16. Butler J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2017.

